



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e sete de junho de dois mil e dezessete, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. Senhor Presidente: “eu pediria a colaboração de todos para o bom andamento da reunião”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião. Em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte de junho de dois mil e dezessete foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por dez votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: “Nova Lima, 26 de junho de 2017. Comunicação Interna Conjunta nº 001/2017. Para: Presidência da Câmara. Ref.: Solicita realização de audiência pública. Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima – MG. Os vereadores que subscrevem a presente comunicação interna, considerando: - Que o Projeto de Lei nº 1.642/2017, que trata sobre o novo regime jurídico e estatuto dos servidores públicos municipais de Nova Lima, foi enviado à Câmara Municipal pelo Poder Executivo, sem ter sido adequadamente apresentado e discutido com os



servidores municipais e com a população de Nova Lima; - Que no Jornal da Prefeitura Municipal de Nova Lima, na edição nº 5, de fevereiro de 2017, a Prefeitura afirmou, em matéria de capa, que seria compromisso do Governo enviar o referido Projeto de Lei para a Câmara somente após apresentá-lo para os servidores municipais; - Que o Governo Municipal agendou com o Sindicato dos Servidores uma reunião para apresentação do PL 1.642/2017 apenas no dia 05/06/2017, às 18 horas, sendo que o projeto já tinha sido enviado à Câmara e entraria na pauta da reunião legislativa do dia seguinte, 06/06/2017, descumprindo assim o compromisso; - Que o PL 1.642/2017 não foi disponibilizado de forma transparente e acessível aos servidores municipais; - Que existem muitas dúvidas e incertezas por aparte dos servidores sobre a futura situação de seus direitos, garantias e condições de trabalho; - Que o art. 32, XXII do Regimento Interno desta Casa Legislativa estabelece ser competência do Presidente “realizar audiências públicas com entidades da sociedades civil e com membros da comunidade”; Solicitam a V. Exa., nesta oportunidade, que seja realizada audiência pública para debate e melhor conhecimento do PL nº 1.642/2017, antes de sua apreciação pelo Poder Legislativo Municipal. Sugerem ainda sejam convidados para participar da audiência pública, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria Municipal de Administração, a Procuradoria Geral do Município, os representantes da empresa responsável pela elaboração da denominada “Reforma Administrativa”, todos os servidores municipais e a comunidade nova-limense. Atenciosamente, Álvaro Azevedo,



Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima; Alessandro Luiz Bonifácio, Secretário da Câmara Municipal de Nova Lima; Flávio de Almeida, Vereador”. Senhor Presidente: “diante da solicitação de realização de audiência pública, nos termos do artigo trinta e dois do Regimento Interno, a Mesa Diretora, por sua maioria, delibera que a audiência pública será dia doze de julho, às dezoito horas. A audiência pública será destinada a tratar juntamente com a sociedade, o servidor público e demais segmentos diretamente envolvidos sobre os impactos do Projeto de Lei nº 1.642/2017. Assim, ficam as Vossas Excelências convidadas desde já. Apresentação de proposições: inexistente. Leitura de Parecer: inexistente. Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos: inexistente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “quarta parte...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Pela ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “deixa só eu entender aqui. O senhor tirou a segunda parte da pauta?”. Senhor Presidente: “por favor, por favor. Eu quero dizer para o vereador que pelo artigo trinta e dois, a Mesa Diretora aceitou a audiência pública, portanto, realmente, o projeto está fora de pauta”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu gostaria...”. Senhor Presidente: “por favor, por favor, por favor, por favor. Vereador Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu queria neste momento só parabenizá-lo pelo entendimento do Regimento desta Casa, parabenizá-lo por não carregar bandeira partidária, parabenizá-lo pelo entendimento que o senhor tem. Acredito eu, Senhor Presidente, que o senhor deveria ser o homem mais



pressionado desta Casa, uma vez que o senhor faz parte do mesmo partido do senhor prefeito. Mas o senhor com a sua capacidade, a sua sabedoria do passar do tempo, o senhor hoje teve o entendimento que é o da audiência pública, o entendimento de ouvir as pessoas no século vinte e um, o entendimento, Senhor Presidente, de realmente mostrar que esta Casa é um poder independente. E queria aproveitar, parabenizar você, Álvaro, pela sua capacidade de entender e de procurar sempre o melhor discurso, pela sua capacidade da juventude, da inovação que fez nesta Casa, o senhor realmente vir com o entendimento da população que é uma Casa transparente, um modelo novo de fazer política. Parabenizar você, Coxinha”. Senhor Presidente: “por favor, silêncio, vamos ouvir o vereador Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “você foi dono de uma frase semana passada que realmente mexe com a gente, principalmente a gente que carrega a disciplina militar nas costas, quando o senhor disse ‘hoje posso sair às ruas e andar de cabeça erguida’. E naquele dia eu pude ver o militar que o senhor foi servindo o exército, porque isso realmente vem ser um homem disciplinado, um homem que pode sair às ruas com a sua família, olhar para o seu povo e dizer: ‘eu realmente faço por merecer aquela cadeira’. Hoje o senhor o faz. Obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “por favor, por favor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente”. Senhor Presidente: “por favor, vamos ouvir o vereador...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “pela ordem, o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “olha, eu estou lendo o artigo que Vossa Excelência citou e não fiz a mesma



interpretação dele. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário quanto ao entendimento exposto aqui”. Senhor Presidente: “eu não vou consultar porque a Mesa é soberana. Silêncio, silêncio. O vereador Álvaro vai usar da palavra. Por favor, por favor. O Álvaro usará da palavra”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, demais colegas vereadores da Casa, eu quero justificar o porquê de eu ter assinado esse documento solicitando audiência pública”. Senhor Presidente: “silêncio, gente, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu afirmei em alguma reunião passada, agora eu não me recordo qual exatamente, que durante o processo eleitoral todos nós, enquanto candidatos, sabíamos que esse momento ia chegar, e eu pedi para todos: vamos viver esse momento. Não podemos votar algo nesta Casa sem que a gente conheça realmente o teor, o conteúdo desse projeto, são sessenta e três páginas de conteúdo esse projeto de lei, e que por engano da grande maioria da população, não é reforma administrativa, esse projeto não se trata de reforma, pode fazer parte de um todo, mas não é a reforma. Quando nós vemos um jornal sendo distribuído neste último final de semana, e aí com todo respeito porque eu admiro o...”. Senhor Presidente: “por favor, aí atrapalha o vereador, vocês não vão entender”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, não atrapalha não”. Senhor Presidente: “obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não atrapalha não, pode deixar. Quando eu vejo um jornal sendo distribuído neste final de semana, e que eu respeito o profissional que é o jornalista responsável pelo jornal. Há tempos esse jornal não está sendo impresso, ele é somente virtual, e agora solta uma



edição com uma lista enorme de vencimentos dos servidores, divulga uma lista enorme com vencimentos para criar no subconsciente da população uma revolta da população contra os servidores da cidade. Isso não está certo. O fato de divulgar os vencimentos não está errado, mas divulgar para jogar a população contra os servidores não está certo. É direito dos servidores, é direito de qualquer pessoa que quiser saber, que quiser participar, é direito que todos tenham o direito à participação. Eu sou Vice-Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa e eu quero fazer valer o meu direito de que as pessoas possam participar. Esse Projeto 1.642, e todos vocês sabem, ele não trata da reforma administrativa, ele trata da alteração de Regime Celetista para Estatutário e ele apresenta, se passar, o Estatuto do Servidor. E se a gente votar, e é com todo respeito que eu me dirijo a vocês, vereadores, aos senhores vereadores, se a gente votar a lei como está, infelizmente, as emendas que eu fiz na semana passada foram rejeitadas pela maioria da Casa, várias das minhas emendas tratavam de questão de técnica legislativa, porque a empresa que foi contratada para fazer esse trabalho, e todo mundo é ser humano, eu não estou aqui apontando dedo só para a falha, mas tinham algumas falhas e muitas das emendas que eu apresentei foram de técnica legislativa que, inclusive, uma delas se não for aprovada, aliás, não foi aprovada pela Casa, dá inconstitucionalidade do projeto, porque alguns servidores que têm carga horária diminuída, se voltar a aumentar sem mexer no salário gera a irredutibilidade do salário, isso é inconstitucional. Então, quando eu vejo pessoas falando que são a favor ou são contra a reforma, com todo respeito, elas não sabem o que dizem, porque nós não estamos tratando de reforma



administrativa aqui na Casa. Todo esse projeto e esses são dados públicos, todo esse projeto, hoje a prefeitura nos informa, divulga com fontes oficiais que gasta sessenta e nove por cento com o servidor, se nós votarmos esse projeto, esse percentual vai cair para sessenta e cinco e os outros onze por cento que o teto constitucional, preconiza a Constituição de cinquenta e quatro por cento, e os outros onze por cento? Qual que vai ser a mágica que nós vamos fazer aqui? Então, o que eu estou pedindo, e aí o prefeito vai demonstrar uma grandeza enorme, que é peculiar dele, de ouvir o servidor, de deixar as pessoas participarem. E aí o projeto sendo feito de forma transparente, que aí eu tenho que falar uma verdade para vocês, é sabido, e aí eu acho que é uma unanimidade nessa cidade, que algo tem que ser feito, algo tem que ser feito, mas que a gente faça com transparência, com participação, com todo mundo junto e aí todo mundo vai chegar num denominador comum, eu não tenho o direito de achar que sou o senhor do destino da vida de ninguém, eu não posso fazer isso, não posso. E eu, com todo respeito, eu não estou aqui para me curvar à vontade de ninguém, eu estou aqui para fazer o que é certo, e o que eu acho que é certo passou pelas vinte e sete emendas que eu apresentei na semana passada e agora acredito ainda mais que através de uma audiência pública, com a participação maciça, e aí venham com argumentos, venham com conteúdo para a gente ter uma conversa sadia, madura e responsável, porque eu não vou ser omissa com o futuro da minha cidade. É isso que eu penso”. Senhor Presidente: “por favor, por favor, por favor, eu gostaria... Agora eu vou dirigir principalmente aos trabalhadores algumas palavras, para quem não me conhece, eu trabalhei na prefeitura quarenta anos;



quando eu ingressei na prefeitura com meus doze anos, eu morava lá nos Cristais, região que eu amo, e vinha trabalhar descalço para varrer rua, trabalhei quarenta anos, aposentei. Essa semana eu passei até mal ao ver a relação dos salários da prefeitura de algumas pessoas. Eu sou aposentado, não sei se é por perseguição, por três mil reais, pago um empréstimo mil reais, como é que eu vou tratar a minha família com dois mil reais? Então, a prefeitura ao longo dos anos fez muitas injustiças com vários funcionários. Então, eu não vou alongar mais, tenho setenta e um anos, não conto com dinheiro de vereador, dinheiro de vereador, da maioria, não são todos, tem uns vereadores que são mão de vaca, o meu dinheiro de vereador para quem trabalha comigo sabe, praticamente, no fim do mês, eu não tenho saldo, porque eu não conto com ele, amanhã eu não sei se eu sou vereador. Então, até hoje trabalho, Deus tem que me dar força para eu continuar trabalhando e debatendo as coisas aqui em Nova Lima. Muito obrigado. Quarta parte, apresentação de oradores inscritos: inexistente. Quero agradecer, antes de terminar, novamente à Polícia Militar, aos Guardas Municipais, aos funcionários da Câmara, principalmente aos Seguranças, que na primeira reunião nossa aí, houve empurrões em funcionários nossos. Então, nós agradecemos o trabalho de todos e vamos, dia doze, realizar a audiência pública. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Muito obrigado”.